



# Newsletter

## N.º 19 - Março 2015

## Sumário

- 1 Nota de Abertura
- 2 Prorrogação do Regime da Zona Franca da Madeira até 2027
- 5 Jurisprudência Nacional Relevante
- 7 Principais Alterações Legislativas

## Nota de Abertura

Caros Clientes e Amigos,

Contrariamente ao que tem acontecido nas nossas Newsletters mais recentes, em que, por vezes, a escassez de novidades legislativas ou de jurisprudência relevante, nos obriga a edições demasiado sintéticas, neste número incluímos um vasto conjunto de informação que, pensamos, reveste bastante interesse para os nossos leitores.

O nosso artigo de opinião/divulgação é dedicado à recente renovação do regime da Zona Franca da Madeira, agora até 2027, o que vem tornar, pelo menos potencialmente, este centro de negócios num destino com interesse também ele renovado para a localização de determinadas atividades.

*José Pina*



## Prorrogação do Regime da Zona Franca da Madeira até 2027

A Zona Franca da Região Autónoma da Madeira foi criada pelo Decreto-Lei n.º 500/80, de 20 de Outubro e, como é do conhecimento geral, consubstancia um conjunto de incentivos, predominantemente de natureza fiscal, abrangendo um vasto conjunto de atividades de cariz industrial, comercial, marítimo e de prestação de serviços.

Os benefícios fiscais atualmente em vigor – v.g., uma taxa de 5% em sede de IRC, isenção/redução de IMT e de IMI - aplicam-se, nas condições legalmente consagradas pelo respetivo regime, a entidades licenciadas a partir de 1 de Janeiro de 2007 e até 31 de Dezembro de 2014, prolongando-se os respetivos efeitos até ao final do ano de 2020.

Todavia, foi recentemente aprovado pela Comissão Europeia o denominado IV Regime do CINM (Centro Internacional de Negócios da Madeira), prorrogando até 2027 os benefícios da Zona Franca da Madeira.

Note-se que esta aprovação surge num momento em que a Assembleia da República tem em seu poder uma proposta, já aprovada na Assembleia Regional da Madeira, que tem por objetivo acabar com a Zona Franca e implementar uma taxa reduzida de IRC de 12,5% em toda a Região Autónoma, taxa que poderá ser ainda mais reduzida em determinadas condições.

Este IV Regime vai permitir novos licenciamentos até 2020 e mantém inalteradas as condições de acesso do atual regime no que concerne a *plafonds*, investimento, criação de postos de trabalho e atividades permitidas, bem como ainda a manutenção da taxa de tributação em sede de IRC de 5% -

**(...) foi recentemente  
aprovado pela Comissão  
Europeia o denominado IV  
Regime do CINM (Centro  
Internacional de Negócios  
da Madeira), prorrogando  
até 2027 os benefícios da  
Zona Franca da Madeira.**

uma das mais baixas da União Europeia.

Contudo, este IV Regime traz algumas novidades, tais como a reposição do benefício fiscal relativo à tributação dos sócios, por via do qual ficam isentos de retenção na fonte os dividendos distribuídos, na condição de os sócios beneficiários não terem sede ou direção efetiva em Portugal (exceto ZFM), ou num paraíso fiscal, clarificando-se, ainda, o regime dos Pagamentos Especiais por Conta e Tributações Autónomas, que passarão a ser calculados de forma proporcional.

Por outro lado, é agora criado um limite máximo aos benefícios fiscais concedidos, o qual irá resultar da aplicação de um dos três seguintes limites:

- 15,1% do volume de negócios;
- 20,1 do VAB; ou
- 25,1% da massa salarial.

De igual modo, a isenção de Imposto do Selo e de IMI, por exemplo, deixa de ser total e passa a ser de 80%.

As sociedades que se encontram constituídas ao abrigo da Zona Franca da Madeira poderão optar por transitar para o novo regime agora ou em 2020.

Num período em que os

chamados regimes de tributação mais vantajosos e os paraísos fiscais têm estado debaixo dos holofotes, com escândalos como o LuxLeaks ou, mais recentemente, o SwissLeaks, em que contribuintes singulares e empresas aproveitaram as vantagens fiscais do Luxemburgo e da Suíça para pagar valores insignificantes de impostos, a aprovação deste regime não pode deixar de ter uma importância política de relevo.

Para além do mais, a aprovação do mesmo irá certamente constituir um impulso significativo para a fixação e atracção de novas empresas no Centro Internacional de Negócios da Madeira – atualmente, são já mais de duas mil -, consolidando dessa forma a competitividade deste regime, bem como a sua projeção no futuro, como se espera.

No momento em que se escreve este artigo, aguarda-se que o Governo aprove na Assembleia da República o respetivo diploma legal e a sua posterior entrada em vigor.



*José Pina*

[josepina@cammp.pt](mailto:josepina@cammp.pt)





# JURISPRUDÊNCIA NACIONAL RELEVANTE

## - INSOLVÊNCIA -

### Acórdão do Supremo Tribunal de Justiça de 3 de março de 2015

#### **Processo especial de revitalização – Plano de revitalização – Contrato de resolução financeira – Resolução**

Na pendência das negociações com vista à aprovação do plano de recuperação previsto nos arts. 17.º-A a 17.º-I do CIRE, o credor não pode propor ações contra o devedor ou, simplesmente, agir contra o mesmo, tal como prescreve o art. 17.º D, n.º 10, do mesmo código e o Quinto Princípio da Resolução n.º 43/2011 da Presidência do Conselho de Ministros, publicada no DR, I série, de 25-10-2011.

Por essa razão e nesse período temporal, o credor que seja locador financeiro incidente sobre imóveis em que o devedor seja locatário financeiro, não pode resolver esse contrato, mesmo que tenha causa legal para o efeito, resolução essa que tornava inviável o plano de recuperação já aprovado, apesar do voto contra do locador financeiro.

## - PROCESSO EXECUTIVO -

### Acórdão do Supremo Tribunal de Justiça de 5 de março de 2015

#### **Bens comuns do casal – Separação de bens – Penhora**

Correndo a execução contra apenas um dos cônjuges e tendo-se procedido à penhora de bens comuns do casal, não se impõe o cumprimento do disposto no art. 119.º, n.º 1, do CRGP, mas antes a

citação do outro cônjuge para requerer a separação de bens ou juntar certidão comprovativa da pendência de ação em que tal tenha sido requerida.

O divórcio que não seja acompanhado da partilha dos bens comuns do dissolvido casal não tem como efeito a dispensa da citação do cônjuge contra quem a execução não foi instaurada pois este é ainda titular daqueles.

Dado que a citação referida em I apenas deve ter lugar após a penhora (art. 825.º, n.º 1, do CPC), a falta da mesma não determina a anulação da penhora mas apenas dos atos subsequentes e dela dependentes que contendam com os direitos processuais do cônjuge do executado (art. 864.º, n.º 6, do CPC), devendo aquela manter-se por não se verificar qualquer vício prévio ou contemporâneo a tal ato.

Não se verificando qualquer vício prévio ou contemporâneo à penhora e posto que este ato não ofende os bens comuns (tal apenas sucede quando o executado tem bens próprios ou bens que com eles respondam ou quando, sendo a dívida comum e havendo título contra ambos os cônjuges, apenas um deles haja sido demandado), é inviável declarar a sua anulação ou determinar o seu levantamento em virtude da procedência dos embargos de terceiro deduzidos pelo cônjuge cuja citação se preteriu.

### Acórdão do Tribunal da Relação de Évora de 12 de março de 2015

#### **Título Executivo – Documento particular**

A norma do art. 703º do Código de Processo Civil, articulada com o art. 6º, nº 3, da Lei 41/2013, de



26-6, na parte que elimina os documentos particulares, não é de aplicar aos documentos constitutivos de obrigações, assinados pelo devedor antes de 31-8-2013, e que à data da sua elaboração dispunham de exequibilidade.

Tal norma, aplicada a tais títulos, integra uma inconstitucionalidade, por restringir uma garantia com aplicação retroativa (art. 20º, nº 2, da CRP); e por violar a segurança jurídica, a garantia de efetivação dos direitos e confiança, integradores do princípio do Estado de Direito Democrático – art. 2º da CRP.

## - COMERCIAL -

### Acórdão do Supremo Tribunal de Justiça de 12 de março de 2015

#### **Contrato de agência – Contrato de concessão comercial – Indemnização de cliente – Cláusula de exclusividade**

O regime do contrato de agência, sobretudo na parte relativa à cessação do contrato, está vocacionado para ser aplicado, analogicamente, ao contrato de concessão comercial.

Quanto aos requisitos de indemnização da clientela, previstos no art. 33.º do DL n.º 178/86, de 03-07, não se aplica ao contrato de concessão o da alínea c), por ser específico do contrato de agência. Se o requisito da alínea a) se não mostra provado não se configura a possibilidade de a

indemnização da clientela vir a ser atribuída.

No caso concreto analisado por este Acórdão, também não poderia ser atribuída a indemnização pela clientela, por os contratos de concessão serem verbais e se dever entender que a natureza imperativa da norma do art. 33.º citado implica que as cláusulas que excluam o direito à indemnização da clientela se tenham que considerar nulas, não é conciliável com uma exclusividade que não esteja sujeita à mesma formalidade que o contrato de agência exige.

### [Acórdão do Tribunal da Relação de Évora de 12 de março de 2015](#)

#### **Livrança – Vinculação da sociedade**

A exigência estatutária da intervenção de um determinado sócio ou de dois sócios com poderes de gerência para obrigar a sociedade não é oponível a terceiro legítimo portador de livrança em que, por essa sociedade e como subscritora da mesma, apenas assina um dos seus sócios. Tal facto não constitui vício de forma (cfr. artigo 32.º, § 2º, da LULL) despoletador da nulidade do aval dado, por terceiro, à sociedade subscritora.

#### **- CIVIL -**

### [Acórdão do Tribunal da Relação do Porto de 16 de março de 2015](#)

#### **Responsabilidade civil da concessionária – Acidente em auto-estrada – Animal na via**

De acordo com o que se dispõe no artigo 12º, nº 1, da Lei nº 24/2007, de 18/07, nos acidentes de viação que são provocados pela presença de animais nas auto-estradas concessionadas é

de presumir a falta de cumprimento (e também da culpa) das obrigações de segurança das concessionárias. Estas só poderão eximir-se à responsabilidade ilidindo aquela presunção, isto é, demonstrando que a presença do animal na via se verificou por motivos que não lhe são imputáveis, ou seja, fazendo a prova histórica do acontecimento.

As causas do acidente-atravesamento do canídeo devem ser confirmadas no local pela autoridade policial-artigo 12º, nº 2, da citada Lei.

Todavia, mesmo não existindo tal verificação, isso não impossibilita o lesado de poder fazer a prova da existência do animal na via, socorrendo-se de outros meios probatórios e, com isso beneficiando, ainda assim, da presunção de incumprimento estabelecida no nº 1 do mencionado artigo 12º. Mas ainda que assim não se entenda o nosso C. Civil permite perspectivar os factos de forma a poder ser justificada, a mais que um título, a inversão do ónus da prova da culpa, quer no plano da responsabilidade civil extracontratual pela via da responsabilidade contratual.

### [Acórdão do Tribunal da Relação de Évora de 12 de março de 2015](#)

#### **Empreitada – Defeitos de obra – Denúncia dos defeitos – Reparação dos defeitos**

Apenas no caso de não serem eliminados os defeitos ou construída de novo a obra, tem o dono da obra o direito a exigir a redução do preço ou a resolução do contrato, mas, neste último caso, somente se os defeitos tornarem a obra inadequada ao fim a que se destina.



#### **- LABORAL -**

### [Acórdão do Tribunal da Relação do Porto de 11 de março de 2015](#)

#### **Pluralidade empregadores – Subordinação jurídica**

No âmbito do direito do trabalho a própria circunstância de poder existir um contrato formal em que apenas um dos empregadores aparece identificado como tal não é decisiva na sua qualificação jurídica, desde que se determine que, de facto, o trabalhador se encontra subordinado juridicamente a outra entidade. É a realidade factual, ou seja, a relação que realmente existiu, a sua vida e a sua dinâmica que determina a forma jurídica e não o inverso.

Existindo a subordinação jurídica da trabalhadora em relação às duas rés que utilizam em comum a prestação de trabalho da autora porque mantêm estruturas organizativas comuns, configura-se a existência de um contrato de trabalho com vários sujeitos a assumir o estatuto de empregador.

## - FISCAL -

### [Portaria n.º 94/2015, de 27 de março de 2015](#)

Procede à regulamentação do regime de benefícios fiscais contratuais ao investimento produtivo.

## - LABORAL -

### [Portaria n.º 84/2015, de 20 de março de 2015](#)

Cria e regulamenta a medida de Promoção de Igualdade de Género no Mercado de Trabalho.

### [Portaria n.º 85/2015, de 20 de março de 2015](#)

Cria a medida de Apoio à Mobilidade Geográfica no Mercado de Trabalho, prevendo, nomeadamente, através da comparticipação nos custos da viagem e do transporte de bens para a nova residência, seja para mobilidade temporária ou permanente.

### [Portaria n.º 86/2015, de 20 de março de 2015](#)

Cria a medida REATIVAR, com o objetivo de promover a reintegração profissional de pessoas desempregadas de longa duração e de muita longa duração, com mais de 30 anos de idade, através da realização de estágios profissionais, com uma duração de 6 meses.

## - PÚBLICO -

### [Lei n.º 22/2015, de 17 de março de 2015](#)

Quarta alteração à Lei n.º

8/2012, de 21 de Fevereiro, que aprova as regras aplicáveis à assunção de compromissos e aos pagamentos em atraso das entidades públicas.

## PROPOSTAS/PROJETOS DE LEI

### [Projeto de Lei 827/XII](#)

*Garante aos mutuários de crédito beneficiarem das taxas de juro negativas.*

### [Projeto de Lei 829/XII](#)

*Procede à quinta alteração à Lei n.º 91/95, de 2 de Setembro, que estabelece o regime excecional para a reconversão urbanística das áreas urbanas de génese ilegal e define os termos aplicáveis à regularização de áreas urbanas de génese ilegal durante o período temporal nela estabelecido.*

### [Proposta de Lei 292/XII](#)

*Aprova o novo Estatuto da Ordem dos Revisores Oficiais de Contas, em conformidade com a Lei n.º 2/2013, de 10 de Janeiro, que estabelece o regime jurídico de criação, organização e funcionamento das associações públicas profissionais bem como parecer da Ordem dos Revisores Oficiais de Contas.*

### [Proposta de Lei 293/XII](#)

*Transforma a Ordem dos Técnicos Oficiais de Contas em*

## PRINCIPAIS NOVIDADES LEGISLATIVAS

### - FINANCEIRO -

#### [Lei n.º 23-A/2015, de 26 de março de 2015](#)

Transpõe as Diretivas 2014/49/UE, do Parlamento Europeu e do Conselho, de 16 de abril, relativa aos sistemas de garantia de depósitos, e 2014/59/UE, do Parlamento Europeu e do Conselho, de 15 de maio, alterando o Regime Geral das Instituições de Crédito e Sociedades Financeiras, a Lei Orgânica do Banco de Portugal, o Decreto-Lei n.º 345/98, de 9 de novembro, o Código dos Valores Mobiliários, o Decreto-Lei n.º 199/2006, de 25 de outubro, e a Lei n.º 63-A/2008, de 24 de novembro.





*Ordem dos Contabilistas  
Certificados, e altera o respetivo  
Estatuto, aprovado pelo  
Decreto-Lei n.º 452/99, de 5 de  
Novembro, em conformidade  
com a Lei n.º 2/2013, de 10 de  
Janeiro, que estabelece o  
regime jurídico de criação,  
organização e funcionamento  
das associações públicas  
profissionais bem como parecer  
da Ordem dos Técnicos Oficiais  
de Contas.*

#### **Proposta de Lei 309/XII**

*Aprova o novo Estatuto da  
Ordem dos Advogados, em  
conformidade com a Lei n.º  
2/2013, de 10 de Janeiro, que  
estabelece o regime jurídico de*

*criação, organização e  
funcionamento das associações  
públicas profissionais.*

## **ÚLTIMOS TEXTOS LEGISLATIVOS APROVADOS**

#### **Decreto da Assembleia 325/XII**

*Consagra a identidade de  
género no âmbito do direito à  
igualdade no acesso a emprego  
e no trabalho, procedendo à  
oitava alteração ao Código do  
Trabalho, aprovado pela Lei n.º  
7/2009, de 12 de Fevereiro.*

## **COMISSÃO EUROPEIA**

*A Comissão apresenta, para  
apreciação e eventual  
aprovação, um pacote de  
medidas para combater a elisão  
fiscal das empresas. Um  
elemento essencial deste  
pacote sobre a transparência  
fiscal é uma proposta de  
introdução de troca automática  
de informações entre os Estados-  
Membros em relação aos seus  
acordos fiscais prévios. Por outro  
lado, pretende ainda garantir a  
segurança dos consumidores:  
quase 2500 produtos perigosos  
foram retirados do mercado da  
UE em 2014.*

CAMMP & Associados - Sociedade de Advogados, RL | [www.cammp.pt](http://www.cammp.pt)  
Avenida da República, n.º 24 - 9º, Lisboa  
Tel.: +351213170830 | Fax: +351213144877  
[advogados@cammp.pt](mailto:advogados@cammp.pt)

A Newsletter da CAMMP tem uma finalidade exclusivamente informativa, e não constitui uma forma de publicidade. A informação disponibilizada e os artigos aqui publicados não substituem, em caso algum, o aconselhamento jurídico para a resolução de casos concretos, não assumindo a CAMMP qualquer responsabilidade por danos que possam decorrer da utilização da informação aqui constante. O acesso ao conteúdo desta Newsletter não consubstancia a constituição de qualquer tipo de vínculo ou relação entre advogado e cliente ou a constituição de qualquer tipo de relação jurídica. A presente Newsletter é gratuita e a sua distribuição é de carácter reservado, encontrando-se vedada a sua reprodução ou circulação não expressamente autorizadas pela CAMMP.